

A formação de professores em Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX: o Curso Normal do Colégio Aurora¹

Teacher formation in Santa Catarina in the early decades of the twentieth century: The Course of the Aurora School

Ana Laura Tridapalli

analauratrida@yahoo.com.br

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Maria das Dores Daros

mdores@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Submetido em 31/03/2013

Resumo

É nossa intenção, neste artigo, analisar como o movimento de constituição do campo educacional brasileiro influenciou a formação de professores em Santa Catarina, na Primeira República, e em particular o curso normal do Colégio Aurora de Caçador na década de 1930. Através de uma análise histórica analisaremos a trajetória da formação docente no estado de Santa Catarina, e dentro desse contexto, observaremos o processo de equiparação do Curso Normal do Colégio Aurora. Em seguida, estudaremos os saberes escolares presentes na formação de professores deste educandário. O estudo do caderno escolar de um normalista do Colégio Aurora mostra uma dicotomia que também estava posta nos diferentes projetos educacionais quanto à formação de professores: a profissionalização defendida pelo grupo dos Pioneiros da Educação e uma visão vocacional do magistério. Como fonte para este estudo, recorreremos ao caderno de anotações, Regulamento Interno do Colégio, convite de formatura, discurso do orador da primeira turma de formandos; bem como periódicos da década de 1930 pesquisados na Biblioteca Pública do Estado em Florianópolis; e os relatórios da Inspeção Estadual que estão disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, também em Florianópolis.

Palavras-chave: Formação de professores. Curso Normal do Colégio Aurora. Saberes Escolares.

Abstract

It's our intention, in this article, discuss how the movement of formation of the Brazilian educational field influenced the training of

teachers in Santa Catarina, and in particular the normal course of Aurora's School of Caçador. Through a historical review, this article analyze the trajectory of teacher education in the state of Santa Catarina, and within this context, we will observe the process of assimilation of the Normal Course of the Aurora School. Then we will study the present school knowledge in teacher training this breed. Through analysis of a student's notebook of the Aurora School, we try to perceive a dichotomy that was also put in different educational projects regarding teacher training: the professionalisation advocated by the group Education Pioneers and a vision of vocational teaching. As a source for this study, we used the notebook, Rules of the College, graduation invitation, the first speech of the speaker graduating class, as well as journals of the year of 1930, stored in the State Library in Florianópolis, and the reports of State Inspectorate which are available in the Public Archives of the State of Santa Catarina, also in Florianópolis.

Keywords: Teacher Formation. Course of Aurora School. School's Knowledge.

1. Introdução

Somente a partir de 1930, é que o Brasil presencia um forte movimento para a constituição de seu campo educacional. As quatro décadas iniciais da república brasileira pouco tinham avançado na questão da democratização do ensino, sendo ainda a educação um privilégio das elites regionais e o analfabetismo o grande entrave para o processo de modernização do país (XAVIER, 2002).

A criação do Ministério de Educação e Saúde Pública em 1931, a realização da IV Conferência Nacional de Educação e a fundação da

Universidade de São Paulo 1934 são algumas evidências de como a política governamental de Getúlio Vargas creditava o desenvolvimento da nação brasileira a educação de seu povo (XAVIER, 1999).

No entanto, o domínio por tão importante campo de poder foi alvo de grupos distintos que apresentavam projetos diferenciados para a educação nacional². Nesta disputa temos o grupo dos intelectuais católicos que se contrapunha ao dos Pioneiros da Educação Nova.

Assim, em 1932, era elaborado o Manifesto da Escola Nova, que defendia a implantação de uma política nacional de educação através de uma maior participação do Estado, da universalização da escola pública, do direito de todos à educação e da racionalização da administração escolar. Já “os católicos reagiam a quaisquer ideias de modernização, combatendo ardorosamente a proposta de instituição de um sistema nacional de ensino, público, gratuito e, sobretudo, leigo, tal como defenderam os educadores profissionais” (XAVIER 1999, p.41).

É neste embate que os cursos de formação docente sofreram uma expressiva mudança curricular nas décadas de 1920 e 1930 do século passado. Para a elite intelectual brasileira, a modernização do País dependia da reestruturação de sua Instrução Pública. A proposta defendida pelo grupo dos Pioneiros da Educação Nova influenciou alguns governantes oligárquicos a promoverem reformas na instrução pública de seus estados. Foram contratados jovens profissionais recém-formados, como: Lourenço Filho, no Ceará; Francisco Campos, em Minas Gerais; Anísio Teixeira, na Bahia e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (MICELI, 1979, p.167).³

As reformas promovidas modificaram a estrutura dos sistemas de ensino, estabelecendo um conjunto de normas didático-pedagógicas. De início, a intervenção aconteceu principalmente na estruturação do ensino primário, com o aumento da duração do curso e a distribuição

dos alunos por faixa etária. Em seguida, viu-se a necessidade da profissionalização do magistério, pois estes seriam os profissionais responsáveis pela formação dos novos cidadãos republicanos.

O aperfeiçoamento dos novos professores dependia, entre outras medidas, da implantação de novas ciências no currículo dos Cursos Normais. As disciplinas escolhidas para garantir a cientificação do magistério foram fundamentalmente a Biologia, a Psicologia e a Sociologia. Todas elas recém-constituídas como campo de conhecimento, abarcavam novas descobertas sobre o ser humano, sua constituição enquanto matéria, sua estrutura fisiológica e mental e também sua vida em sociedade.

Nessa direção, uma nova forma de educação significava empregar todas as descobertas diretamente na prática pedagógica. Estabeleceu-se, então, a tríade: bio-psicossocial (CUNHA, 1995). Não era mais possível entender o aluno sem considerar sua personalidade, seu organismo e muito menos seu meio. Para os renovadores não bastava entender os processos físicos ou mentais da criança; era necessário vê-los na relação com o meio social em que tais caracteres estavam sendo desenvolvidos. Como escreveu Lourenço Filho, em *Introdução ao estudo da Escola Nova* “na realidade, à medida que os conhecimentos biológicos e psicológicos se aperfeiçoavam, percebia-se que todos os aspectos da formação humana não eram independentes de influências da organização da vida social” (LOURENÇO FILHO, 1969, p.19)

Vendo que os intelectuais liberais ganhavam espaço no governo federal e que suas propostas influenciavam as discussões educacionais, os católicos iniciam a chamada “reação católica” buscando constituir um grupo de intelectuais leigos católicos que tinham na revista *A Ordem* e no Centro Dom Vital seus meios difusores. Esse movimento tem sua primeira vitória em 1931 quando o “decreto nº 19.941 de 30 de abril

tornava facultativo o ensino religioso nas escolas públicas”. Retoma então, a Igreja Católica o espaço perdido no ensino público brasileiro desde a proclamação da República em 1889 (XAVIER,1999, p.41).

Sendo assim, é nossa intenção, neste artigo, analisar como o movimento de constituição do campo educacional brasileiro teve influência na formação de professores em Santa Catarina e consequentemente no curso normal do Colégio Aurora⁴ de Caçador, que desde a sua equiparação em 1933, seguiu a normatização estadual modificando o próprio currículo do curso com a incorporação de novas disciplinas.

2. A formação de professores em Santa Catarina na Primeira República

A criação das escolas normais em Santa Catarina, conforme analisado por Marlete Schaffrath (1999), esteve atrelada a uma preocupação das elites locais com a formação de professores. A Escola Normal, dentro daquele contexto, era considerada um importante espaço de “normatização de condutas” (SCHAFFRATH, 1999, p. 56).

Em Santa Catarina, a primeira escola normal funcionou em anexo ao Atheneo Provincial, em Florianópolis, no ano de 1880. Além das cadeiras de Aritmética, Francês e Noções de Geografia e História, que eram oferecidas no Atheneo, foram criadas mais três disciplinas: Português, Pedagogia e Metodologia. Essas últimas garantiam a capacitação aos professores atuantes nas escolas públicas. Em 1891, é elaborada uma reforma na instrução pública do Estado que, entre outras modificações, culmina com a publicação, no ano seguinte, do Regulamento da Escola Normal Catharinense, que estabelece os programas completos de cada disciplina a ser ministrada (DAROS, 2005).

Muitas das modificações na Instrução Pública catarinense foram influenciadas pela Reforma Educacional de São Paulo, que em fins do século XIX já vinha se consolidando como uma das grandes metrópoles do País, presenciando notável expansão de seu aparelho escolar, com a criação de escolas isoladas, escolas reunidas e os grupos escolares que se constituíam em unidades fundamentais do ensino primário.

Todas estas modificações na instrução pública paulista foram pensadas e elaboradas, em grande parte, pelos professores e estudiosos da Escola Normal de São Paulo ou Escola Normal da Praça da República⁵. Muitos desses professores haviam cursado disciplinas afins em universidades americanas e européias. Não raro cientistas estrangeiros eram convidados a ministrar cursos na Escola Normal.

Assim, em 1911, o Governo Vidal Ramos contrata o professor paulista Orestes Guimarães para promover uma grande Reforma na Instrução Pública catarinense⁶. As principais mudanças estavam na construção de prédios para abrigar os grupos escolares, a introdução de modernos métodos de ensino e a reorganização da Escola Normal (NOBREGA, 2000). Para o magistério, as mudanças previam o aumento do número de cadeiras, incluindo-se o Alemão e Noções de Psicologia, e a criação das Escolas Complementares, que habilitavam os alunos para o 3º ano da Escola Normal, e principalmente para as numerosas escolas isoladas do Estado.

Quanto à inclusão de disciplinas, é interessante, para nosso estudo, perceber que a Psicologia aparece pela primeira vez no currículo da Escola Normal Catarinense em 1911, com o nome de Noções de Psicologia, e que sua inclusão está relacionada à idéia de modernização proposta por Orestes Guimarães (AURAS, 2005). Somente em 1919 ela se denominará Psicologia. Das três disciplinas analisadas neste capítulo, ela é a primeira a fazer parte do currículo. A Sociologia só é inserida

em 1935 e a Biologia, em 1939, com o nome Biologia Educacional.

Em relação à criação das Escolas Complementares, os autores Flávia Maria Machado Pinto, Maria das Dores Daros e Antonio Munarim analisam o discurso do governador Vidal Ramos:

A intenção ao criar as escolas complementares era, num primeiro momento, dar continuidade ao ensino ministrado nos grupos e preparar professores para atuarem em escolas isoladas, já que nessa época, havia escassez de profissionais. Embora ela não fosse uma escola de preparação de professores, acabava servindo como tal: “como o estado, os municípios lutam com a falta de professores idôneos. Espero que a criação das Escolas Complementares concorra poderosamente para obviar este mal” (PINTO, 2005, p. 75).

No entanto, o que o governador não ressalta é que a escassez de profissionais estava diretamente relacionada à insuficiência de instituições responsáveis pela formação de professores. Outro problema que observamos estava nas constantes mudanças curriculares, que atrapalhavam o bom funcionamento do curso. Tanto é que, em 1919, mais uma modificação na formação docente culmina com o aumento da duração do curso para quatro anos e, em 1928, um novo currículo entra em vigor pela Lei estadual n.1617, de 1º de outubro de 1928. As atividades curriculares passaram a contar com as seguintes disciplinas-saber:

Português; Literatura; Francês; Aritmética, Álgebra e Geometria, Física e Química, Botânica, Zoologia e Higiêne, História, Geografia, Pedagogia, Psicologia e Educação Moral e

Cívica, Latim, Alemão, Desenho, Ginástica, Música e Canto, Trabalhos Manuais (DAROS, 2005, p.17).

No ano de 1935, uma grande reestruturação transforma as Escolas Normais Públicas em Institutos de Educação, que abrangem a Escola Normal Primária (antiga Escola Complementar), a Escola Normal Secundária e a Escola Normal Superior Vocacional⁷. Segundo Leziany Silveira Daniel, em Santa Catarina, no ano de 1935, existiam somente seis Escolas Normais:

Duas escolas normais Secundárias oficiais, transformadas em Instituto de Educação, um em Florianópolis e outra em Lages, além de 4 particulares equiparadas às oficiais, uma em Florianópolis, anexa ao Colégio Coração de Jesus, outra anexa ao Colégio Santos Anjos, em Porto União, a terceira anexa ao Colégio Aurora, em Caçador, e a quarta anexa ao Colégio Coração de Jesus, em Canoinhas (DANIEL, 1999, p.19).

As escolas de Florianópolis e Lages eram caracterizadas como oficiais no Relatório da Instrução Pública de 1935, pelo fato de serem públicas e diretamente administradas pelo governo estadual. As quatro escolas restantes eram particulares, mas não se tem certeza da manutenção dos três níveis de ensino (Primário, Secundário e Vocacional) oferecidos na escola-modelo.⁸

Todavia, a Reforma em questão, como as demais, não resolveu o principal problema da Instrução Pública catarinense: a insuficiência de estabelecimentos públicos que garantissem a formação de um bom contingente de professores. Em Santa Catarina, as Escolas Normais Primárias somavam, em 1935, 41 estabelecimentos. Cabia a elas a

formação de professores para atuar em todas as Escolas Primárias Isoladas que, no mesmo ano, totalizavam 1989 unidades. Pode-se verificar que há uma grande diferença entre a quantidade de unidades, pois o número de professores formados nos 41 estabelecimentos de Escolas Normais Primárias não seria suficiente para a demanda das 1989 unidades de Escolas Primárias Isoladas (RELATÓRIO, 1935).

A situação se tornava ainda mais precária, haja vista que as Escolas Normais Secundárias – responsáveis pela formação de professores para lecionar nas Escolas Normais Primárias e nos Grupos Escolares – eram em número de seis, para uma demanda de mais de quarenta escolas. Mais preocupante era o fato de apenas duas delas serem gratuitas, o que reduzia grandemente o acesso da população de baixa renda (MENSAGEM, 1935).

Mesmo que o governo de Vidal Ramos, em 1911, tenha se preocupado com o aumento da rede de ensino primário e que algumas modificações curriculares tenham sido realizadas na escola normal por alguns governadores, em Santa Catarina, o que se assistiu na Primeira República foi a uma elitização do ensino profissionalizante e secundário. Enquanto no estado de São Paulo a expansão do Ensino Normal e Primário esteve voltada para a incorporação do “homem comum – pobre e desarraigado” (MONARCHA, 1999, p.236), em Santa Catarina a expansão não foi tão forte e muito menos democrática.

Nessa direção, o Colégio Aurora, junto com as demais Escolas Normais particulares, integra o conjunto de Escolas Normais de iniciativa privada tidas como livres ou equiparadas, as quais, segundo Leonor Maria Tanuri (2000), foram importantes na expansão do Ensino Normal na maioria dos estados brasileiros. O problema de Santa Catarina é que as referidas escolas de iniciativa privada compunham a maioria do sistema de oferta e, como qualquer instituição particular

acabavam restringindo sua clientela e contribuindo para a elitização do ensino (MENSAGEM, 1936, p.23).

Como a Lei Orgânica do Ensino Normal só será consolidada em nível federal no ano de 1946, observa-se, então, uma passividade do governo catarinense em relação à democratização do ensino durante a Primeira República, pois nesse período preferiu ficar com a tutela de apenas duas Escolas Normais, deixando à iniciativa privada a possibilidade de garantir a formação de professores ao restante da população. Contudo, mesmo para as escolas particulares, conseguir o título de equiparação era um processo lento e dificultoso, já que a fiscalização estadual estabelecia diversas normas relacionadas a questões de saúde e ensino.

2.1. O Curso Normal do Colégio Aurora

Pelo Decreto estadual 436, de 1933, o Curso Normal do Colégio Aurora foi equiparado à Escola Normal Catarinense.

Sete de novembro de 1933, Palácio do Governo, em Florianópolis: O coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, Considerando que os cursos organizados pelo Colégio Aurora, de Santelmo, no município de Porto União, estão funcionando regularmente, observando as leis e os regulamentos em vigor aprovados pelo Governo do Estado; Considerando que o Curso Normal, mantido pelo Colégio Aurora se acha nas condições estabelecidas na lei n.1617, de 1º de outubro de 1928. DECRETA: Art. 1 – Fica **equiparado** á Escola Normal Catarinense, o curso Normal do Colégio Aurora; de Santelmo, no

município de Porto União. Art. 2 – Revogam-se as disposições em contrário (SANTA CATARINA, 1933, p. 77).

O Curso Normal do Colégio Aurora foi equiparado à Escola Normal Catarinense, antes mesmo da mudança de 1935, que transformou as Escolas Normais em Institutos de Educação. Levando-se em conta a etimologia da palavra, infere-se que o ato de equiparar não diz respeito somente à comparação, mas sim à igualdade de coisas ou pessoas. Por isso, todas as quatro Escolas Normais privadas mencionadas por Leziany Daniel deveriam ser comparadas à Escola Normal Catarinense de Florianópolis e, acima de tudo, deveriam se igualar a ela nos critérios impostos pelo Departamento de Instrução Pública.

No Decreto-Lei 436, de 1933, o Coronel Aristiliano Ramos afirma que a equiparação do Curso Normal do Colégio Aurora foi possível porque o mesmo se “encontra nas condições estabelecidas na Lei n.1617, de 1º de outubro de 1928” (SANTA CATARINA, 1933). Nela estão determinados os requisitos que as escolas particulares devem preencher para ganhar o título da equiparação:

1º - Possuirmo edifício proprio satisfazendo todas as exigencias da hygiene e pedagogia.

2º - Possuirmo gabinetes de physica, chimica, historia natural e museôs.

3º - Apresentarem frequencia minima de 25 alumnos.

4º - Adoptarem o mesmo regulamento e programma de ensino da Escola Normal.

5º - Sujeitarem-se á fiscalisação do Governo em qualquer tempo.

(SANTA CATARINA, 1928, p.22).

Pode-se ver que a igualdade está inscrita no quarto item, quanto no que diz respeito à adoção do mesmo Regulamento do programa de ensino da Escola Normal. Tanto é que no Diploma dos Normalistas (DIPLOMA, 1936) estão relacionadas as mesmas disciplinas que faziam parte do currículo da Escola Normal Catarinense, em vigor desde 1928 (DAROS, 2005).

Quanto à matrícula mínima exigida, não encontramos o mesmo número de mulheres matriculadas, como assinalado na Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, que registrava a matrícula de 25 alunas no Curso Normal do Colégio Aurora (MENSAGEM, 1936, p.23). Já o quesito edifício foi cumprido na íntegra, pois o colégio possuía construção própria: uma casa de dois andares, um suntuoso prédio para os padrões da época.

A fiscalização era uma grande preocupação, tanto para o governo estadual quanto para os estabelecimentos de ensino. Uma falha no cumprimento das exigências poderia resultar na perda do título de equiparação. Por isso, no Relatório do Departamento de Educação de 1935, menciona-se a criação de mais três Inspetorias Regionais, o que diminuiria bastante o âmbito das circunscrições escolares⁹, melhorando assim o “controle da qualidade” (RELATÓRIO, 1935, p.24).

No mesmo documento, o diretor do Departamento de Educação, Luis Sanches Bezzerra da Trindade, enfatiza que: “a contribuição das escolas particulares, no conjunto, é bem apreciável. Temos instituições modelares, como sejam os Colégios ‘Sagrado Coração de Jesus’, de Florianópolis, e ‘Aurora’, de Caçador, que possuem Institutos de Educação equiparados” (RELATÓRIO, 1935, p. 23). A menção confere ao Colégio Aurora uma condição diferenciada e distinta em relação aos demais, tendo em vista a localização de Caçador no mapa político de Santa Catarina, já que o outro colégio citado encontrava-se na capital do Estado.

Uma das formas de controle dessas escolas dava-se pela nomeação do corpo docente, que deveria ser escolhido pelo governador do Estado. Os professores escolhidos deveriam apresentar certificados que comprovassem o tempo de dois anos frente à respectiva cadeira. Também ficaria a cargo do governo do Estado a nomeação das bancas examinadoras para os exames do corpo docente, que deveriam ser anuais (MENSAGEM, 1936).

A equiparação também pode ser analisada para entendermos quais os saberes importantes, naquele momento, para a formação do professor catarinense. Ela modificou o currículo do Curso Normal do Colégio Aurora. A partir dela, todas as turmas deveriam adotar as mesmas disciplinas da Escola Normal da capital. Tais disciplinas eram aquelas ditadas na Lei 1617, de 1928. Para aprofundar essa análise, estudaremos o caderno de anotações de um aluno da primeira turma do Curso Normal do Colégio Aurora.

3. “O sacerdócio sublime do magistério”: os saberes escolares na formação de professores

Quando da equiparação do Curso Normal do Colégio Aurora, em 1933, a primeira turma de normalistas já cursava o quarto ano do Curso Normal. Dessa forma, a classe de Domingos Paganelli, bem como as subsequentes, seguiram o currículo proposto na Lei estadual 1617 de 1928, pois este era um dos requisitos para a sua equiparação. O cumprimento do currículo garantia aos alunos o título de normalista (SANTA CATARINA, 1928).

O recebimento do diploma era altamente ritualizado pelo Colégio, através de uma solenidade pública de formatura. Em 1936, Domingos Paganelli foi o representante da turma como orador a proferir a

mensagem final em nome de todos os formandos que, naquele ano, totalizavam apenas seis alunos. A solenidade foi marcada pela presença do Diretor do Departamento de Educação do estado de Santa Catarina, Luis Sanches Bezzerra da Trindade.

Felizes, por termos chegado ao fim dessa longa jornada, que nos levou à realização de nosso ideal, e de sermos aptos a exercer o sacerdócio sublime do magistério, (...) dever não só com Deus, mas também com a Pátria”. (DISCURSO, 1936)

O discurso proferido pelo normalista Domingos Pagenelli é, para nossa pesquisa, uma fonte que registra, sobretudo, a apropriação do que esses novos professores apreenderam durante os anos do Curso Normal. Nele chama atenção a expressão “exercer o sacerdócio sublime do magistério”. Domingos estava afirmando uma associação, corrente naquele momento, entre magistério e sacerdócio. Como se ao professor fosse atribuída uma missão similar aos padres e freiras que, ao entrarem para uma congregação religiosa, deveriam deixar sua vida anterior e se dedicar exclusivamente à ação do sacerdócio.

No entanto, a relação sacerdócio e magistério no início do século XX, no Brasil, foi “alvo de críticas por parte de setores do professorado brasileiro que empenhavam-se na valorização desse grupo profissional” (MONARCHA, 1999, p.241). Essa ala de educadores, liderada pelo grupo dos Pioneiros da Educação Nova, exaltava acima de tudo a importância e aplicação do conhecimento científico e da laicização do Estado.

A busca pela profissionalização do magistério negava justamente a relação professor–sacerdote, tão criticada pelos pioneiros, que não queriam um profissional pela vocação, mas sim pela formação. Da mesma forma, não concordavam com a presença da religião na esfera

pública, compreendendo também as redes educacionais, pois, em um Estado laico, nenhuma forma de religiosidade poderia guiar as decisões governamentais.

Como a formação do normalista Domingos conseguiu integrar duas visões de educação? Talvez da mesma forma como o Estado brasileiro difundia uma laicidade nunca alcançada na prática.

Assim, evoca, ainda em seu discurso, uma grande preocupação com o futuro, quando como professores deveriam ter em mente o cumprimento da obrigação de incutir nos alunos os valiosos conhecimentos recebidos e incitar a prática da moral, selando, assim, um “dever não só com Deus, mas também com a Pátria”.

Inserido no período entreguerras, 1936, registra as movimentações de ameaças comunistas no Brasil e no mundo e antecede um ano ao Golpe de Estado do então presidente Getúlio Vargas. Naquele momento, civismo e patriotismo impregnavam as políticas do Estado, entre elas a educacional (HORTA, 1994). Além disso, é importante ressaltar que, mesmo não sendo uma escola confessional católica, o Programa Geral de 1935 do Colégio Aurora deixa claro que a base educacional era norteada pelo ensino da doutrina cristã e, por isso, o ‘dever com Deus’ foi assinalado como sendo uma das balizas dos futuros professores (PROGRAMA, 1935, p. 8).

A ambiguidade do discurso de formatura do normalista está marcada também no seu caderno de anotações, pois vemos nele o pensamento de uma modernidade pedagógica, defendida pelo grupo dos Pioneiros da Educação Nova. O caderno escolar do normalista Domingos Paganelli foi elaborado em 1935, ano em que cursava a última fase do Curso Normal do Colégio Aurora. Na tentativa de estudar o documento, importa-nos vê-lo como um dispositivo escolar e retirá-lo de um lugar de simples objeto didático. Para isso dialogamos com Vera Mendes dos Santos que, ao analisar o nascimento dos cadernos

escolares, os identifica como um dispositivo de muitas faces. Através de uma leitura foucaultiana das subjetividades, permite identificar os cadernos “não como um objeto em si mesmo, mas como um feito, que ao ser feito, dita e edita normas e acaba fabricando junto consigo o seu próprio dono e vice-versa” (SANTOS, 2002, p. 111). Como indica Foucault, deve-se desfamiliarizar, desnaturalizar as práticas cotidianas. Por isso, não se quer ver o caderno do aluno Domingos como uma simples anotação, mas sim como uma intenção, que poderia ter sido de avaliação, memorização ou estudo.

Chamou-nos atenção, nos escritos, a presença do pensamento cientificista, que permeava as anotações referentes à Pedagogia e suas ciências correlatas: Sociologia, Psicologia e Biologia. A cientificidade exacerbada das novas ciências fontes da educação é que deveriam ditar as normas da formação do novo profissional do magistério. As descobertas referentes à criança tornaram possível o uso de técnicas específicas por parte do corpo docente, confundindo muitas vezes o papel do professor e do médico, psicólogo e sociólogo. Segundo Monarcha, os normalistas da Escola Normal da Praça “através de uma profusão de impulsos e perspectivas teóricas, viabilizam a liberação da pedagogia, anexando-a a outros campos de conhecimentos em expansão e à orientação analítica e experimental” (MONARCHA, 1999, p. 243).

Em seu caderno, Domingos Paganelli (1935) registra questões sobre as novas ciências, que estavam sendo utilizadas na formação de professores, tendo em vista um novo ideal de aluno e de escola. O estudo da Pedagogia e suas ciências fundamentos, Biologia, Psicologia e Sociologia, estavam na base do currículo de formação docente dos fins de 1920 e início de 1930 no País.

Assim, encontra-se no caderno em estudo registros que nos remetem às questões da cientificação da educação, no que diz respeito a noções

norteadoras em que o ensino deveria ser: centrado no educando, no desenvolvimento da criança e o aluno entendido como um ser psicológico:

O sujeito e o objeto da educação era a criança; portanto ela é que deveria ser estudada em primeiro lugar a fim de se poder traçar os métodos ou os meios da ação educativa (...) Assim a Escola Nova tem por base a iniciativa do aluno, considerando-o como criança que é fazendo com que deseje o trabalho, e mostrando-lhe a necessidade de ordem e da disciplina, que devem ser acatados sem a imposição por meio de castigo. (...) Deve sempre acompanhar a iniciativa do educando, a fim de que o ensino não seja imposto, mas de acordo com os seus interesses (PAGANELLI, 1935, s/p).

Nesse âmbito, a renovação educacional deveria atender fundamentalmente às exigências do desenvolvimento da criança, levando-se em consideração suas peculiaridades psicológicas e tendo em vista, também, sua condição de ser social. Sobre tais aspectos, são encontradas algumas referências no caderno de anotações de Domingos. Nele, sob o título principal de 'Pedagogia', localizam-se alguns excertos sobre esta e algumas de suas 'Ciências Correlatas'. Relativo à 'Pedagogia', ele escreve:

Constitui-se assim, uma ciência inteiramente nova cujo conhecimento é indispensável a todos os professores, pois do contrário estes não poderiam satisfazer o seu papel perante a escola (...) Pedagogia é pois a ciência moderna, que, tendo por base o perfeito conhecimento da criança, estuda os meios pelos quais ela se deve educar (PAGANELLI, 1935, s/p).

O ensino da 'Pedagogia', como anotado em seus escritos, deveria ser complementado pelo auxílio de outras 'ciências' sobre a vida humana em sociedade e seu arcabouço cultural, segundo registra:

Para conhecer perfeitamente o indivíduo a ser educado é preciso lançar mão do auxílio que nos oferecem as diversas ciências que estudam o homem nas suas diversas sensações, digo, manifestações. Temos assim constituído o 1º grupo de ciências correlatas e auxiliares da pedagogia: biologia, psicologia, ética. Para se estabelecer os fins da educação é preciso conhecer o que deve ser ensinado, o que é a vida humana na sociedade, quais os destinos ou finalidades dadas por Deus ao homem. Temos assim formado o 2º grupo de ciências auxiliares e correlatas da pedagogia: filosofia, sociologia, ciências e letras, que formam o arcabouço cultural do povo (PAGANELLI, 1935, s/p).

Na Figura 1, o então aluno Domingos Paganelli escreve em forma esquemática os dois grupos de ciências correlatas auxiliares da Pedagogia. O estudante salienta que, para “educar para a vida é preciso” primeiro conhecer o educando, para isso seria necessário o auxílio da Biologia, Psicologia e Ética. E, em segundo lugar, conhecer os fins da educação através da Filosofia, Sociologia, Letras e Artes.

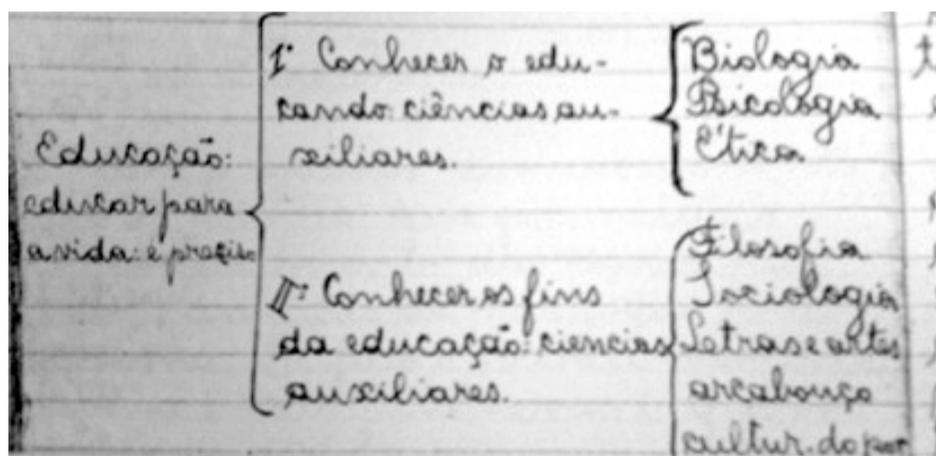


Figura 1 – Anotações acerca das ciências auxiliares da Pedagogia. Fonte: Caderno escolar de Domingos Paganelli, 1935.

A influência das ciências sobre o mundo escolar há muito ocupava espaço no debate educacional. No Brasil a aproximação é marcada, sobretudo, pelo início do século XX, quando novos prismas científicos, sociológicos e psicológicos passam a fazer parte de uma preocupação reformadora da educação. As reformas de ensino estaduais, iniciadas na década de 1910, parecem estar comprometidas com os ideários técnico-científicos (SILVA, 2002, p. 48). Ideário não somente presente no campo educacional, mas nas diversas áreas em que se acreditava ser a ciência a chave para o progresso nacional.

Nesse caminho, Marcus Vinicius da Cunha chama atenção para o fato de que, naquele momento, a formação de professores deveria estar sintonizada com as ciências que fornecem conhecimentos a respeito da sociedade e também do homem enquanto ser individual, especialmente quanto aos mecanismos da aprendizagem (CUNHA, 1995, p. 36). Assim, ao contrário da escola “tradicional”, a escola nova – “ativa” – buscava a modernização do programa de ensino por motivos justificáveis em vários âmbitos científicos. Cunha esclarece haver razões para ordem biológica, uma vez que as leis do desenvolvimento humano, e do educando em particular, condenam que se ministre para todas as crianças, ao mesmo tempo, a mesma quantidade e a mesma qualidade do conhecimento.

Temos, então, no caderno de Domingos, a seguinte referência sobre a Biologia

A Biologia e as demais ciências biológicas têm por fim o conhecimento da vida vegetativa física e animal do homem, constitui não só a base física da psicologia, ciência do espírito, mas também a ciência fundamental da higiene e da educação física em geral (...) Entretanto, como ela é uma

das bases da pedagogia deve ser estudada como biologia aplicada à educação (PAGANELLI, 1935, s/p).

É somente no século XIX que a Biologia se constitui como disciplina científica, acontecimento ligado à descoberta da existência da célula, unidade formadora dos seres vivos. Dessa forma, estudos mais complexos do organismo humano, como metabolismo, crescimento e hereditariedade foram possíveis de serem realizados (LOURENÇO FILHO, 1969).

Para os renovadores da educação, estava aberto o caminho para o conhecimento da criança, seu crescimento, maturação e adaptação ao meio. A partir dessas descobertas, poderia se estabelecer o desenvolvimento normal do ser humano e as possibilidades da ação educativa, principalmente, marcando os seus limites.

O estudo do crescimento mostrando as variações de morfologia e função de todo o organismo possibilitou a criação do conceito de desenvolvimento que, aliado aos experimentos da antropologia pedagógica, construíram os padrões médios de crescimento para cada idade da criança, possibilitando, assim, estudos comparativos.

Segundo as anotações de Domingos, a Biologia deveria ser entendida em um conjunto de fatores biológicos atrelados aos fatores psicossociais do educando. Nesse contexto, ela deveria garantir uma educação física racionalizada pela ciência e pela formação de hábitos higiênicos no desenvolvimento corporal do aluno.

O desenvolvimento, para o grupo dos Pioneiros da Educação Nova, estava ligado ao processo adaptativo de cada ser humano, que a cada momento da evolução biológica manifestaria forma e grau de adaptação compatíveis com as possibilidades de cada organismo (LOURENÇO FILHO, 1969). Por isso, de extrema importância para a educação era distinguir o que fosse variável nos indivíduos, pois aí estaria o lugar de

ação do processo pedagógico. Mesmo que existisse o fator hereditariedade, sabia-se, pelos estudos da Biologia, que esses caracteres eram influenciados pelo meio em que se desenvolviam. A ação pedagógica precisava, então, das técnicas e métodos das ciências biológicas para estabelecer normas e padrões do processo evolutivo permitindo, em seguida, um critério de diagnóstico.

A própria organização escolar foi modificada: percebeu-se a importância de criar instituições pré-escolares como creches e jardins de infância estimulando, desde cedo, as possibilidades de aprendizagem possíveis para cada idade, como registravam os estudos da Biologia.

Domingos também deixava claro nos seus escritos que a “Biologia é a base física da Psicologia”. Para Marcus Vinícius Cunha, as razões no plano psicológico sustentam que o programa tradicional – um ‘aparatoso e sistematizado rol de conhecimentos que as crianças têm de aprender por acréscimo ou superposição’ – contraria a ‘moderna concepção funcional do ensino’, em cujas teses encontra-se sublinhado que o ‘conhecimento é autocriação e não qualquer coisa suscetível de transmitir-se’ (CUNHA, 1995, p.38).

Nas anotações de Paganelli, percebem-se indícios dessas características ao que Marcus Cunha dá ênfase. Quando se trata, por exemplo, da correlação entre a Pedagogia e a Psicologia, seu caderno coloca que:

Nós sabemos pela psicologia que a alma tem necessidade do corpo para manifestar seus atributos. Esta manifestação da alma é feita em diversos sentidos, intelectual, artístico, econômico e religioso. (...) Compreendido este princípio de psicologia, estabeleceu-se que era necessário não só formar e educar a alma em todas as suas manifestações, mas também o corpo porque sem um desenvolvimento perfeito

deste, a alma, ou o espírito se ressentiria também seu desenvolvimento (PAGANELLI, 1935, s/p).

No excerto transcrito, nota-se uma clara aproximação entre alma e corpo. Esse conjunto leva a entender que a Psicologia forneceria meios para que se investigasse melhor as características e atributos de cada indivíduo. Da mesma forma que a Biologia e a Antropometria definiram fases do desenvolvimento físico, a Psicologia também pode designar fases evolutivas do aprendizado na infância. Assim, a educação, que tem na modificação do comportamento do educando um de seus objetivos centrais, buscou auxílio nos estudos da Psicologia, ciência responsável pelo estudo do comportamento humano.

A conclusão de que indivíduos de um grupo com a mesma idade evolutiva possuem grandes semelhanças possibilitou a criação de normas de idades e padrões de comportamento de acordo com a temporalidade de cada criança. Tal descoberta ajudou o educador a eleger a melhor técnica para cada grupo de educandos. No entanto, os renovadores também sabiam que os indivíduos de um mesmo grupo eram semelhantes em comportamentos gerais, como formas de locomoção, linguagem, expressão gráfica, compreensão, mas que na verdade cada indivíduo é único, possuindo também suas particularidades.

Sendo assim, foram os testes psicológicos os responsáveis pela identificação das referidas diferenças. Para Binet um teste poderia ser utilizado para determinada idade quando 75% das crianças conseguissem realizá-lo. A partir de escalas métricas da inteligência, o estudioso chegou ao conceito de idade mental, que poderia coincidir ou não com a idade cronológica.

Primeiramente as descobertas serviram para agrupar numa classe indivíduos semelhantes, que possuíssem a mesma idade cronológica.

Isso significava, para o professor, a criação de um método próprio para cada grupo. Se a criação dos testes favoreceu os agrupamentos, por sua vez, também trouxe a questão da diferença e da individualidade de cada criança. Assim, não bastava ao professor construir somente um plano de aula; eram necessários procedimentos educativos especiais para as crianças diferenciadas.

Mas a investigação desses atributos e o respeito à personalidade e ao pleno desenvolvimento das crianças não são tidos como fins em si, mas sim como instrumentos para a construção de um projeto de sociedade (CUNHA, 1995, p. 41).

A modernização da nação estava em curso e achava-se que somente a educação poderia modificar a constituição do povo (XAVIER, 1999). Afinal, seriam as escolas as responsáveis pela formação dos novos cidadãos brasileiros. Por isso, há razões de ordem sociológica para essa nova sociedade.

O projeto de sociedade mencionado estava atrelado ao que se pode encontrar na relação entre a Pedagogia e os estudos da Sociologia. Sobre a mesma, o aluno Paganelli descreve que:

O homem é o ser social por excelência, nos ensina a filosofia, erros portanto cometeria a escola se desde cedo não tratasse de educar dando em vista também esta faculdade do homem integral (...) Ela [sociologia] nos ensina ainda a justiça social, isto é, como os homens procedem e devem proceder para os interesses de um não se choquem com os interesses de outrem. (...) Apresenta-nos um todo cujas partes integrantes são a vida individual, vida econômica em família, vida cívica e vida religiosa mostrando-nos como o homem procede em relação a si próprio, em

relação à família, dentro dos grupos profissionais para com a pátria e para com a religião (PAGANELLI, 1935, s/p).

Nesses escritos chama atenção uma suposta necessidade de dotar o professor de conhecimentos que destaquem uma função socializadora da escola e a construção da visão de mundo dos educandos. A primeira frase do trecho em análise nos permite identificar um dos pilares do pensamento cientificista: “o homem é o ser social por excelência”. Não por acaso esta conclusão foi defendida por Émile Durkheim, em seu livro *Educação e Sociologia* (DURKHEIM, 1978). Para ele em cada ser humano existem dois indivíduos: o ser individual e o ser social. Enquanto o primeiro abrange os estados mentais, o outro seria

um sistema de idéias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa própria personalidade, mas o grupo, ou os grupos diversos, de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de qualquer espécie. Seu conjunto forma o ser social (DURKHEIM, 1978, p. 10).

Segundo Durkheim, a educação é a socialização da criança; assim, a função da educação é justamente a de constituir e organizar esse ser em cada um de nós. Fernando de Azevedo (1994) vê em Durkheim um dos principais teóricos da Sociologia, por isso os ideais do Grupo dos Pioneiros são profundamente marcados pelas teorias desse pesquisador.

A ligação entre Sociologia e Educação é tão forte em nosso País, pois diferentemente dos demais países latino-americanos, a disciplina Sociologia foi introduzida aqui através das Escolas Normais. Foram

os educadores e reformadores do ensino que viram no estudo científico das sociedades o início de uma transformação das próprias instituições escolares no que tange a sua finalidade e estrutura (AZEVEDO, 1994). Assim, em 1928, foi criada a cadeira de Sociologia nas escolas normais do Recife, através do reformador do ensino, Carneiro Leão, e nas do Distrito Federal, por Fernando de Azevedo. Em Santa Catarina, ela só vai ser criada em 1935.

Fernando de Azevedo se tornou um dos principais representantes da disciplina no Brasil, ocupando por 25 anos a cadeira de Sociologia nas escolas normais de São Paulo e Rio de Janeiro e elaborando ainda diversos livros, como *Princípios de Sociologia* (1935) e *Sociologia Educacional* (1940). (AZEVEDO, 1994).

Importante aqui, bem como já registrado nos escritos de Psicologia, a presença da religiosidade na formação do normalista investigado. Ao falar da Sociologia e de sua importância para a formação do novo professor, Domingos escreve no final da oração a respeito do dever com a “pátria e com a religião”.

Não sem o filtro da moral religiosa, a Sociologia e a Psicologia ganhavam espaço no caderno de Paganelli. Fruto daquele momento histórico, a disputa no campo educacional pelo discurso da “modernidade” pedagógica, colocava em confronto os projetos dos chamados Liberais – sobretudo representados pelos Pioneiros da Escola Nova – e Igreja Católica que, apesar das diferenças, tinha seus projetos marcados pela cientificidade. Como escreve Wojciech Kulesca (2004), nesse processo, os padres se confrontaram com as propostas de renovação educacional próprias de uma sociedade em transformação e que se articularam, a partir de 1932, em torno dos Pioneiros da Escola Nova.

A orientação ultramontana da Igreja entrava em choque direto com as ideias educacionais desenvolvidas pelo liberalismo e adotadas

pelos setores laicos lotados nos órgãos públicos, para dar conta das mudanças na esfera da produção em direção a uma sociedade industrial (KULESCA, 2004, p. 201). Marcado por tal cenário, o Colégio Aurora coadunava-se ao moralismo católico tendo por base a ligação de seus dirigentes com a Igreja Católica, como marcado no Programa Geral de 1935, no quesito Educação. Nesse item fica claro que o Colégio Aurora tinha por padroeiro o “S. Coração de Jesus” e que a educação tinha por base “o ensino da Doutrina Cristã”, sendo obrigatório o estudo da religião exceto àqueles cujos pais manifestassem por escrito desejo contrário (PROGRAMA..., 1935, p. 08).

Assim, ao que indica o caderno de anotações do normalista Domingos Paganelli, sua formação enquanto professor estava pautada por alguns princípios segundo os quais o desenvolvimento biopsíquico deveria acontecer durante o processo de socialização da criança. Certamente essa socialização estaria regulada pelos ideais da Igreja Católica, cultuada não somente pelos professores, mas também pela maior parte da comunidade caçadoreense e brasileira.

A Pedagogia atrelada à Psicologia, Sociologia e à Biologia na formação desses professores ressalta a importância dada aos conhecimentos das áreas científicas para a formação do professorado daqueles anos de 1930. As ciências vinham dar credibilidade aos professores para “conhecerem” efetivamente seu aluno em busca de uma mudança no processo educacional que deixasse para trás a escola “tradicional” em busca do ideal de uma modernidade pedagógica. Tudo isso contribuiria para a profissionalização docente.

Contudo, da mesma forma que o projeto educacional dos Pioneiros da Educação Nova teve reflexos no currículo do Curso Normal do Colégio Aurora como visto na análise do Caderno, o pensamento católico continuou permanecendo na formação do normalista, tanto é que

no discurso de formatura Domingos Paganelli identificou o magistério com um “sacerdócio sublime”.

4. Considerações finais

A formação de professores em Santa Catarina e especial o Curso Normal do Colégio Aurora nos permitiram perceber a configuração do campo educacional brasileiro que estava em processo de formação ao longo da década de 1930. Os projetos educacionais dos Pioneiros da Educação Nova e dos católicos tiveram reflexo no currículo do Curso Normal. As disciplinas de Sociologia, Biologia e Psicologia foram discutidas pelos professores de Caçador, ainda que tenham entrado obrigatoriamente no currículo somente a partir de 1935. O caderno de Domingos mostrou que o ideal de um novo profissional da educação permeou a sua formação, bem como a de seus colegas.

5. Referências

AZEVEDO, Fernando. A antropologia e a sociologia no Brasil. In: **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do Consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) et.al. **Memória Intelectual da Educação brasileira**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

COLÉGIO Aurora. **O Comércio**. Porto União, n. 23, 10 dez. 1933

CUNHA, Marcus Vinicius da. **A educação dos educadores**: da Escola Nova à escola de hoje. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira República.** Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, N.; CARMINATI, Celso João (Org.). **O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX-meados do século XX).** 1. ed. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2007.

DANIEL, Leziany Silveira; DAROS, Maria das Dores. **A formação de professores em Santa Catarina nas décadas de 30 e 40: entre o discurso da missão e o centralismo burocrático.** 48f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. **O Pensamento de Alceu Amoroso Lima em um Colégio Católico de Formação de professores em Santa Catarina.** Anais do II Congresso da História da Educação. SBHE-Natal. 2002.

DAROS, Maria das Dores. DANIEL, Leziany Silveira e SILVA, Ana Cláudia da. **Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação de professores catarinenses (1883-1946).** Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005.

DECRETO- LEI N. 4.244. **Lei Orgânica do ensino secundário.** 09.abr.1942.

DIPLOMA de Formatura. Domingos Paganelli. Colégio Aurora; Caçador, 1936.

DISCURSO de Formatura. Domingos Paganelli. Caçador, 1936.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia.** São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte – 1906/1918.** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FE/USP, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, O sermão e a ordem do dia; regime**

autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

KULESCA, Wojciech Andrzej. **A cultura escolar católica no Brasil moderno.** Educação UNISINOS, v. 8, n.14, jan/jun, São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LOURENÇO FILHO, M. B. (Manuel Bergstrom). **Introdução ao estudo da escola nova:** bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. 271p. (Obras completas de Lourenço Filho; v.2)

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão:** dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. P.11-36

_____. **Escola Normal da Praça:** o lado noturno das luzes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MENSAGEM do Governador Nereu Ramos à Assembleia Legislativa. 1935.

MUNICÍPIO de Caçador. **O Comércio.** Porto União, n. 34, 25 fev.1934.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 2ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NÓBREGA, Paulo de. **Ensino público, nacionalidade e controle social:** política oligárquica em Santa Catarina na primeira república 1900-1922. 132f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2000.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Chagas de. **Historiografia da educação e fontes.** Cadernos ANPED, N. 5, set. 1993.

O COMÉRCIO. Porto União. ? Mar. 1932. p.01

_____. **Porto União.** 08 abr.1934. p.01

PAGANELLI, Domingos. **Pedagogia.** Caderno de Anotações, 1935.

PROGRAMA GERAL do Colégio Aurora – Ano letivo de 1935

RELATÓRIO da Inspeção Federal junto ao Ginásio Aurora. 1938.

RELATÓRIO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça. 1935.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da educação no Brasil (1930/1973)**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 436, de 7 de novembro de 1933**. Equipara à Escola Normal Catarinense, o curso Normal do Colégio Aurora; de Santelmo.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 1617, de 1º de outubro de 1928**. Determina as condições em que poderão ser equiparadas à Escola Normal do Estado os estabelecimentos de ensino particular.

SANTOS, Vera Mendes dos. **Nascimento dos cadernos escolares: um dispositivo de muitas faces**. UDESC. Florianópolis, 2002.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva; DAROS, Maria das Dores. **A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento**. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Graziela Moraes Dias da. **Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios da uma policy science no Brasil (1929-1979)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de educação. São Paulo: USP, 2000.

XAVIER, Libânia N. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

6. Notas

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa de pós graduação financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq através de uma bolsa de formação de pesquisador de Mestrado

² Para Marta Maria Chagas de Carvalho (1999) a disputa entre os pioneiros e católicos visava muito mais o poder ideológico do aparelho escolar já que os dois grupos defendiam a educação como a formadora da nacionalidade e o papel das elites na efetivação de tal projeto. In: (DAROS, e PEREIRA, 2002, p.3).

³ No Brasil cabia aos estados legislar sobre o ensino primário e profissionalizante, incluído aí o Curso Normal. Vale ressaltar que muitas mudanças ocorridas no Ensino Normal em Santa Catarina refletiam discussões sobre a formação docente, presentes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (DAROS, 2005).

⁴ O Colégio Aurora, de Caçador, fundado em 1928 pelo casal de italianos Dante e Albina Mosconi, foi o primeiro educandário a possuir a equiparação de três cursos de nível secundário no oeste do estado de Santa Catarina. Mesmo com a rápida passagem do casal pela administração da escola (1928-1938), sua influência esteve marcada em uma geração de alunos do Colégio Aurora. Além da escassez financeira que o casal vinha enfrentando, outro fator de grande relevância fez com que Dante Mosconi fosse obrigado a vender o seu colégio: a questão da nacionalização do ensino. Dante e Albina Mosconi foram impedidos de continuar à frente da sua instituição, pois se negaram a naturalizarem-se brasileiros. Em 1938 o colégio foi vendido a Congregação dos Irmãos Maristas.

⁵ Este nome foi dado à Escola Normal pela população de São Paulo pelo fato de seu edifício ter sido construído na Praça da República, em 1894. A praça foi minuciosamente elaborada para representar a

República brasileira recém-proclamada. Sem dúvida, um dos grandes monumentos do novo governo (MONARCHA, 1999).

⁶ A organização da “escola moderna” apoiava-se nos itens seguintes: Prédio Escolar, Mobília Escolar, Material Escolar, Livros Didáticos, Disciplina, Ensino e Programa (NOBREGA, 2000, p. 02).

⁷ Escola Normal Primária, Escola Normal Secundária e Escola Normal Superior Vocacional com três, três e dois anos de, respectivamente.

⁸ No entanto, segundo o Relatório de Luis Bezerra da Trindade, Diretor do Departamento de Educação, em 1935, no Colégio Aurora já havia os três graus de ensino (RELATÓRIO, 1935, p.83).

⁹ À época nome dado a GEREIS (Gerência Regional de Educação). Caçador, em 1935, pertencia a 7ª Circunscrição (RELATÓRIO, 1935, p.21).